

Medidas convocam e testam novo Congresso

A edição das novas medidas econômicas constituem o primeiro grande teste do Congresso a ser empossado hoje, que terá cinco dias para se reunir e iniciar a avaliação, antecipando o começo dos trabalhos, que só se daria no dia 15. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que fazia ontem essa avaliação ainda não tinha informações sobre a receptividade do pacote no Congresso.

Já a expectativa do presidente Fernando Collor, segundo o porta-voz Cláudio Humberto Rosa e Silva, é de que os novos parlamentares estão sintonizados com as mudanças. Na saudação que encaminhará hoje ao Congresso, o Presidente fará uma exposição das principais realizações de seu primeiro ano (incompleto) de governo.

"Acho que o perfil do Congresso vai nos permitir confiar não apenas nos parlamentares engajados com o Governo, mas nos que considerarem as medidas necessárias", comentou Passarinho, lembrando as primeiras medidas do Plano Collor, de março, que tiveram o apoio do deputado

César Maia, do PDT. Além deste parlamentar, mencionou a expectativa de apoio de José Serra, do PSDB, e ainda de Francisco Dornelles.

Ainda ontem, mesmo sem a participação do articulador político do Governo, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, iniciou a articulação com as lideranças partidárias para a aprovação das medidas econômicas no Congresso, segundo informou Jarbas Passarinho. "A ministra está convidando os líderes de vários partidos para explicar a eles o que vai acontecer", revelou. O ministro da Justiça explicou que sua presença, como articulador político do Governo, "não era necessária".

Sem comentar qualquer uma das medidas econômicas, Jarbas Passarinho disse que ainda é cedo para avaliar o seu impacto sobre as negociações do entendimento nacional entre empresários, trabalhadores e Governo, interrompidas em dezembro. "Temos que esperar a reação da sociedade a partir de amanhã (ho-

je)", assinalou. A adoção de novas medidas econômicas em menos de um ano de governo, no entanto, era um risco calculado, na opinião do ministro da Justiça. "Acho que o Governo considerou imprescindível fazer o que fez hoje (ontem) e se era imprescindível, era um risco calculado", ressaltou, acrescentando que era inevitável conter a inflação e eliminar os efeitos nocivos da crise financeira.

Jarbas Passarinho, que foi convocado ontem à tarde ao Ministério da Economia, quando foi informado da edição das medidas, revelou que há pelo menos dez dias, quando discutia política salarial, com as lideranças partidárias, sabia que ocorreriam mudanças na Economia. Descartou, entretanto, a conotação de farsa à tentativa de acordo do Governo com o Congresso, nessa matéria. No seu entendimento, um acordo que tivesse ocorrido na política salarial, totalmente alterada com as novas medidas, facilitaria as discussões do novo pacote econômico.

JEFFERSON PINHEIRO



É um Congresso que termina: o aceno de despedida do presidente Paes de Andrade, não reeleito